

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras—Não se devolvem os originais—Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

A BATALHA



Director: JOSE S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
Assinatura: Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, mês 9\$50; Província, 3 meses 28\$50; África Portuguesa, 6 meses 66\$00; Estrangeiro, 6 meses 102\$00
PAGAMENTO ADIANTADO

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VIII—N.º 2355

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

QUINTA FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1925

500 FAMILIAS NA MISERIA!

A "nova era de trabalho" inicia-se tirando o trabalho e o pão a quem os tinha para aumentar a miséria do operariado

A edilidade militar entrou no que ela classifica de regime de economias. E tomou logo de comêço uma resolução odiosa: despedir quinhentos operários do município. Quinhentas famílias que viviam mal, porque a Câmara pagava mal, vão ser agora arremessadas à fome. Quinhentos homens válidos vão, de um momento para o outro, ficar na inactividade, nesta época em que é difficilimo obter trabalho devido à crise que se atravessa.

¿Mas que espécie de economia faz a Câmara com tais medidas odiosas e absurdas? Setecentos contos. Num país onde só o exército pesa no orçamento com a absorção de cerca de duzentos mil contos, despedem-se para efeito de economias quinhentos operários que, não saindo da miséria, ganhavam setecentos contos.

Mas pergunta-se: a Câmara não necessita de operários? Necessita. Pergunte-se à população de Lisboa que vive em casas onde não há visórias camarárias, que atravessa as ruas que não são regadas e onde o pó é tão denso que se pode cortar à faca, e cujos pavimentos são imperfeitos e mal cuidados como os das aldeias, se há ou não muito que fazer. Quando se fala em melhoramentos urgentes na cidade, para os quais é necessário pessoal, quando se reclamam medidas sanitárias que não passam de utopias, é que a edilidade militar, composta por elementos dessa casta que subiu ao poder para iniciar "uma era de prosperidade e de progresso" se lembra de despedir os operários que são

necessários a todos esses trabalhos que são imprescindíveis. Quando há dias uma comissão delegada da Federação da Construção Civil apresentou ao governo uma série de medidas tendentes a atenuar a crise de trabalho, o presidente do ministério acolheu-a com urbanidade e mostrou-se interessado em solucionar o grave problema.

A atitude da edilidade militar, porém, lançando na miséria meio milhar de operários, contradiz em absoluto a apreçada boa vontade dos homens da actual situação em resolver o problema da crise de trabalho.

Enquanto no estrangeiro o Estado, mesmo com prejuizo das suas receitas, emprega o melhor do seu esforço em não agravar a crise de trabalho, chegando, como o inglês, a dar subsídios aos desempregados, em Portugal, instituições oficiais como a Câmara, provocam a crise, arremessam quinhentos homens à rua, sem a menor consideração pela situação deplorável em que vão ficar.

E' desta forma que os actuaes dirigentes do país se querem tornar simpáticos e firmar o seu prestigio administrativo e politico. E' assim que se inaugura a nova época de trabalho—

LA NOVELA SOCIAL

LA LOCA VIDA
E' o titulo do n.º 10 da interessante collecção de novelas que se publicam em lingua espanhola sob o titulo generico de *Novela Social*, encontrando-se à venda na nossa administração ao preço de \$60. Pelo correio \$70.

INQUALIFICAVEL!

A população de Lisboa, durante alguns meses, alimentou-se com carne de gado bovino que se encontrava em estado agónico

O que sobre o assunto nos disse o vereador do pelouro dos Matadouros
Há dias, pela capital, começou correndo a versão de que a veracidade que se finou tinha feito uma aquisição de gado exótico em estado agónico, que a população ingeriu como bom. Completava essa versão o informe de que os responsáveis dessa monstruosidade eram a Comissão de Abastecimentos de Carnes e a Direcção do Matadouro Municipal.
Tão delicado era este caso que resolveu não curar por informações e ir investigar toda a verdade.

Nesse desejo dirigimo-nos à Comissão Administrativa da Câmara Municipal por ver esta a entidade com competência para falar do assunto visto estardas em transito uma hindicância à referida Comissão de Abastecimentos e ao pessoal superior do Matadouro municipal, que servia à data da nomeação da actual comissão administrativa do município.

Entrevistar hoje um vereador é tarefa bastante difficil. A redução do pessoal camarário e a extinção dos mercados ao ar livre levam diariamente uma multidão de lesados aos Paços do Concelho a reclamar contra aquelas medidas.

Por esse facto as escadarias do município estão sempre pejudas de pessoas, que difficilment o acesso ao jornalista.

Todavia, transposta aquella mole humana, conseguimos chegar ao gabinete da presidência da Câmara Municipal onde o coronel sr. Vicente Freitas nos recebeu amavelmente.

Porém, o presidente da Comissão Administrativa não podia informar-nos: só tratava de assuntos respeitantes à secretaria geral. Só o vereador do pelouro dos Matadouros, dr. Filipe Maria Caiola, podia fazê-lo.

E foi a este vereador que arriscámos a pergunta inicial da entrevista:

—V. ex.ª pode informar-nos o que há acerca da aquisição de gado impróprio para consumo?

O dr. Filipe Caiola, depois de uma leve contracção fisionómica, responde-nos:

—Toda a verdade a propósito desse grave caso ainda não a posso revelar em virtude de não estar concluída a sindicância ordenada pela comissão administrativa de que faço parte.

—Mas v. ex.ª já conhece alguma coisa dessa sindicância...

—Sim, conheço. Mas ainda não é tudo, ainda não é o bastante para o veredictum que se impõe dar...

E o nosso entrevistado parecia não disposto a dizer mais. Porém, acto continuo, qual metamorfose, o dr. Filipe Caiola, numa torrente de palavras, revelou-nos, então, todo o gravissimo caso. Ei-lo:

—Se essa inspecção se realizou foi feita em condições tais que ainda mais comprometem os funcionários daquele estabelecimento.

—Vem a propósito, prossegue o nosso interlocutor, dizer que a sindicância aos actos dos funcionários superiores do Matadouro obedeceu a esse facto.

—Mas estes funcionários também são responsáveis pela aquisição do gado?

—Não, senhor. O director e o subdirector do Matadouro Municipal são responsáveis do facto: da população ter estado a consumir carne imprópria. Se aqueles funcionários escrupulizassem na revista sanitária o gado nunca seria abatido e o povo não comeria carne que pertencia de direito ao gado.

O dr. Filipe Caiola, à guisa de remate da entrevista, disse-nos ainda a despedida:

—Não se suponha que pelo facto do povo ingerir carne péssima a pagou mais barata. Muito pelo contrario. A carne foi paga por bom preço, a pesar-de se encontrar naquele estado.

E a terminar:

—Mais tarde, mesmo com a aquisição de gado nacional feito pela mesma Comissão de Abastecimentos, a carne foi paga por alto preço. A comissão convinha-lhe diminuir o "deficit" e onerava o publico. E conseguiu os seus intentos, porque nos primeiros seis meses, por esse vergonhoso processo, fez com que o "deficit" de 4.335 contos ficasse em 1.370 contos.

Quantos desgraçados ainda estarão a estas horas sofrendo as consequências da monstruosidade que nos revelou o dr. Filipe Caiola? Quantas doenças se registariam pela ingerência dessa carne repugnante, atribuindo-se a outras razões essas doenças?

Que mais será preciso para atestar que vivemos numa sociedade de envenenadores onde o Estado, por via dos seus representantes, ocupa o primeiro lugar!

Edições SPARTACUS
Acabam de aparecer:
A Teoria Libertária ou o Anarquismo, por Campos Lima, 380\$.

Entre Vinhedos e Pomares (novela), por Mário Domingues, 600\$.

ANGOLA E METRÓPOLE & BANCO DE PORTUGAL

O Banco de Portugal está cada vez mais comprometido e a Justiça, desvairada na sua defesa, pratica as mais revoltantes barbaridades

O órgão do Banco emissor anunciou ontem publicamente que estavam sendo fabricadas notas que, afinal, também foram encomendadas por intermédio de Alves Reis, como as de 500 escudos, chapa "Vasco da Gama".
O escândalo atinge o seu apogeu!

O escândalo do Angola e Metrópole está novamente na ordem do dia. Os jornais tratam do caso em largas e vistosas parangonas. O *Século* dos negócios contrários aos do Angola e Metrópole já desfraldou de novo a velha bandeira esfarrapada da sua moralidade. Mas ninguém fala no Banco de Portugal; mas ninguém se refere às responsabilidades tremendas dos dirigentes da burla das notas, que são, como já aqui revelámos, o governador e vice-governador do Banco emissor, Inocêncio Camacho e Mota Gomes.

Parce que todo o empenho da justiça e da imprensa que a apoia é tecer uma espessa teia de mentira e de crime para cobrir os inocentes governadores do Banco de Portugal.

Mas, no meio de toda a confusão propagandística preparada pelos defensores da moral avariada da sociedade burguesa, uma só voz se ergue e fala claro a linguagem da verdade: *A Batalha*. O que ela disse no começo é o que mantém, é o que se confirma. A cadeia de interesses que se forjou em torno desta questão nacional das notas de quinhentos escudos desfilou-la nós, elo por elo. E não houve ainda um único desses homens honrados que nos desmentissem. E não apareceu um único dos que pertencem à categoria dos *insuspeitos* que, de provas na mão, tivesse a coragem de proclamar: *"A Batalha mente!"*

Não mentimos. Tudo quanto dissemos

está certo, inexoravelmente certo. Demonstramos, apontando o *Diário do Governo* e citando a opinião insuspeita de alguns dos que por interesse ou cobardia se calam neste momento, que os dirigentes do Banco de Portugal vem desde há muitos anos lançando clandestinamente no mercado milhares e milhares de notas falsas. Explicamos as razões mesquinhas da campanha do *Século* contra o Angola e Metrópole. Puzemos todo esse jogo a descoberto.

E agora, por mais que queiram torcê-los, os factos, inexoráveis, confirmam em absoluto as nossas revelações. Dissemos que as notas não haviam sido falsificadas, mas sim clandestinamente encomendadas pelo Banco de Portugal à casa Waterlow & Sons. Um dos intermediários desse negócio era o Banco de Angola e Metrópole. Existem contratos neste sentido firmados entre Alves Reis e Inocêncio Camacho, entre o Angola e Metrópole e o Alves Reis. E tinhamos razão no que afirmávamos.

Alves Reis, quando interrogado na Penitenciária, para a pronúncia, juntou ao processo, como ontem referimos, o *fac-simile* de um outro contrato para a emissão de novas notas, de chapa Marechal Saldanha e Visconde de Seabra, respectivamente de 500 e 1.000 escudos, bem como os *fac-similes* das notas. E, caso curioso, o *Século*, o tapa-costas do Banco de Portugal, noticiou ontem apressadamente que estas notas

tinham sido encomendadas à casa Waterlow.

A aparição destes documentos fez estremer na sua base a monumental pirâmide de mentira formada pelos 59 volumes das investigações... dirigidas pelo Banco de Portugal. Tudo aquilo estremeceu, e na ânsia de não o deixarem derruir, os que estão incumbidos de salvar esse naufrágio perdido que é o crédito do Banco de Portugal, não hesitaram perante o crime mais repugnante: a perseguição a Maria Luísa Alves Reis, a companheira de Alves Reis, o acusado-acusador.

E tudo trabalhou em comum para convencer o público de que tal prisão era legal, ou obedecia a qualquer princípio de lógica. O *Diário de Notícias* que tem intimos interesses ligados ao Banco de Portugal, citou para apoiar essa captura, os artigos do Código Penal, que da maneira mais formal a impedem. Especulou-se, desvirtuou-se, baralhou-se, remexeram-se roupas íntimas, devassaram-se relações de conjúgos, para fazer vergar a opinião pública. Mas esta que ainda não está tão corrompida como estes cavalheiros honestos, impulsionados magistrados e conceituados banqueiros, e querem, não hesitou na sua condenação. E classificou de infame o procedimento da justiça.

Uma esposa, que o sabe ser, sacrificia-se e deende e pretende salvar o marido, ainda que este haja praticado os actos mais

degradantes. E da tolerância humana, até certo ponto legítima, por esta complicidade de inevitável da esposa, do pai, do irmão, nasceu o espirito de justiça que inscreveu na lei a imunidade dos parentes próximos.

Pois, para se servir interesses infames e para se servir interesses infames, a mulher, segundo dizem, a quebrar o gládio com que poderia fulminar os homens do Banco de Portugal, pretende-se, pela mais atroz coacção moral, forçar Alves Reis a calar-se.

Protestamos contra este processo de Justiça. Protestamos por duas razões: porque não queremos ver instaurado como processo normal de investigação a perseguição bárbara dos parentes próximos dos arguidos—e porque não queremos tampouco que se tape, por maneira tão vil, a boca a um homem que, falando, pode pôr a descoberto perante o país uma quadrilha de falsificadores que, protegidos pela policia, se instalaram no Banco de Portugal, onde malbarataram o produto do suor dum povo inteiro!

Queremos toda a verdade a nu, quer ela doa ao Banco de Angola e Metrópole quer dos do Banco de Portugal. O que não podemos admitir é que se enterrem uns para salvar outros—os piores, aqueles que pela sua situação eram depositários da confiança de todos os que às suas mãos confiavam o produto da sua conselheira, da sua faina diária.

SOMA E SEQUE

As vendedeiras de frutas que estacionavam em redor da Praça da Figueira foram proibidas de exercer ali o seu comércio

Uma Indelicadeza da comissão administrativa da Câmara

Decididamente, a comissão administrativa está apostada em reduzir à miséria todas as pessoas que exercem o comércio urbano. Por sua resolução, os mercados ao ar livre vão ser extintos, o que quer dizer que vão ser lançadas à fome algumas centenas de pessoas.

Mas é que a comissão administrativa do município não se queda por aqui. Vai mais longe. Por sua deliberação foram proibidas de exercerem o seu comércio em volta da Praça da Figueira aquelas pobres criaturas que vimos ali diariamente lutando pela vida.

A edilidade militar não curou de saber que entre essas vendedeiras há mulheres que há mais de uma trintena de anos exercem ali o seu comércio, com o produto do qual se mantêm e os seus.

A veração não verificou que bastantes dessas vendedeiras são o único amparo dos seus, em virtude de seus esposos, vítimas da crise de trabalho, há muito tempo não ganharem vintém.

A comissão administrativa pensou apenas em esteticar a cidade, nem que isso se consiga com o cortejo de andrajosos que as suas medidas estão organizando.

Porque não pensou a Câmara, primeiro do que tudo, em arranjar lugares onde essas criaturas pudessem exercer o seu comércio?

O presidente da comissão administrativa, coronel Vicente Freitas, delegou no vereador do pelouro respectivo dr. Veiga e Sousa. E este, obstinadamente recusa-se a conhecer a razão das reclamantes, como se essa razão não saltasse à vista. De forma que as vendedeiras referidas tiveram que retirar sem fazerem entrega dum documento que as acompanhava.

Todos estes factos foram-nos ontem revelados por uma numerosa comissão que nos procurou a fim de solicitar deste jornal um cantinho para os seus queixumes.

LA NOVELA IDEAL

Acaba de chegar o n.º 34 desta revista intitulada *El otro amor* de Federica Montseny. — Preço, \$50. — Pedidos à administração de *A Batalha*

Misericórdia de Lisboa

Recolhimento das orfãs

Recebem-se durante este mês os requerimentos de orfãs, pobres, honestas e recolhidas, residentes em Lisboa há mais de dois anos, candidatas à admissão no Recolhimento das Orfãs da Misericórdia de Lisboa.

Os requerimentos que são feitos em papel comum devem ser acompanhados de atestado da Junta de Freguesia, certidão de óbito do pai, certidão de idade da pretendente provando não ter menos de 12 nem mais de 16 anos, feitos em 1.º de Outubro próximo, e certificado de exame da 4.ª classe de instrução primária ou de admissão aos liceus.

A SITUAÇÃO DA C. G. T.

Os organismos principais, reunidos em conjunto, tomam resoluções que muito interessam à organização operária confederada

Na primeira sessão defendeu-se a imediata substituição dos militantes que tenham participado nos debates do Conselho Confederal ou ocupem actualmente cargos de responsabilidade

A primeira sessão efectuou-se na noite de 2 de Agosto corrente. Presentes as comissões administrativas dos seguintes organismos: *Federação* da C. Civil, Vinícola, Livro e Jornal, Metalúrgica, Rural, Corticeira, Mobiliária, Coiros e Peles e Transportes Marítimos e Fluviais; Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa e Manipuladores de Pão.

A Federação Rural estava representada directamente por Vital José. Constituiu-se a mesa que fica composta por José Miranda, presidente; Manuel Nunes e Henrique Firmino, 1.º e 2.º secretários. O presidente declarou aberta a sessão explicando os motivos que a originaram: A discussão estéril e prejudicial que se tem verificado no Conselho Confederal, onde, esquecendo-se os interesses da Organização se vem perdendo um tempo precioso em acusações e insultos. Procuramos encontrar uma solução que arreme a questão. Não pretendemos impor as nossas resoluções; elas serão enviadas aos organismos da provincia que aqui não estão para que se pronunciem.

Lê a moção da C. Civil que já publicámos.

Os pontos de vista da Federação da Indústria do Mobiliário

Manuel Nunes lê a seguinte moção apresentada pela Federação do Mobiliário ao Conselho Confederal:

«Considerando que os factos que se vêm verificando no Conselho Confederal, a propósito dos pedidos de demissão das camaradas Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos, contribuíram para criar entre vários componentes do mesmo Conselho ódios pessoais;

«Considerando que, mercê deste facto, agravado por acusações e insultos mútuos, torna-se impossível qualquer tentativa séria de conciliação;

«Considerando que por este motivo, é prejudicada a Organização Operária em geral, pois que os individualismos impedirão ou prejudicarão o estudo e praticabilidade de trabalhos em prol da mesma Organização;

«Considerando que em face disto é absolutamente prejudicial a permanência dos actuaes delegados no Conselho pois que com raras excepções, os que não tomaram parte directa na contenda estão nela envolvidos por simpatias pessoais;

«Considerando que só a revogação pura e simples do mandato de todos os delegados sem excepção, com a condição de não poderem ser reeleitos para o futuro Conselho, poderá, com benefício para a Organização, sanar a questão que ora se debate;

«E, atendendo a que esta solução seria ainda a única que satisfaria os desejos que vêm sendo expressos por uma grande parte da massa operária;

«O Conselho Confederal, resolve:

«Revogar imediatamente o mandato de todos os delegados ao Conselho Confederal ao abrigo do estatuto confederal e como única solução para o debate a que vimos de assistir.

«Dar deste facto conhecimento aos respectivos organismos, convidando-os a nomear o mais breve possível novos delegados partindo-se do principio que os actuaes delegados não são reconduzíveis.

«Nomear dentre os delegados actuaes que não tomaram parte no debate, cinco membros que constituirão uma comissão para dar cumprimento às resoluções deste conselho, despacho do expediente confede-

ral e atender aos interesses dos presos junto do Conselho Jurídico.

«Esta comissão, logo que esteja de posse de todos os elementos, convocará o novo Conselho e, aí, deporá o seu mandato.

«Enquanto se não constituir o novo Conselho, a administração de *A Batalha* ficará a cargo do seu chefe.

«Igualmente a redacção será dirigida colectivamente pelos actuaes redactores.

«Tanto a redacção como a administração ficam sujeitas ao controle e orientação da comissão a nomear.

Continuando diz que a sua Federação continuará requisitando o expediente confederal, mas retirará os seus delegados ao Conselho, se este documento não for votado, pois não quer colaborar na destruição da organização. A sua futura atitude depende da orientação que lhe for demarcada pelos sindicatos aderentes.

O critério da Federação da Construção Civil

João Miranda discorda da moção da Federação Mobiliária, por não fazer sentido que delegados que não tomaram parte na contenda não possam fazer parte do novo Conselho. Apresenta o seguinte documento:

«Proporho para que seja nomeada uma comissão de elementos confederados, mas não delegados à C. G. T. os quais procederão a um inquérito aos delegados da C. G. T. que mutuamente se acusaram, a fim de verificar da veracidade das acusações formuladas, devendo sobre tal fazer um desenvolvimento parecer que será entregue à comissão nomeada para gerir provisoriamente os destinos da C. G. T. que, por sua vez, o juntará ao relatório a entregar ao novo Conselho Confederal.

Generaliza-se a discussão entre os delegados

Tavares Adão, da F. Vinícola, diz que, estando convocados para hoje o Conselho Confederal e esta reunião, deseja saber qual das duas reuniões tem maior validade. Propõe que uma comissão de três membros vá ao Conselho Confederal, caso esteja reunido, fazer-lhe sentir que a sua reunião não tem validade. Esta proposta é admitida por maioria.

João Almeida, da F. Vinícola, diz que o conselho tem reunião ilegítimamente, pois há delegados que apenas trazem o seu sentir e não dos organismos que representam.

Alfredo Gambôa, dos Manipuladores de Pão, é da mesma opinião. Declara concordar com a moção da Construção Civil.

Manuel Caetano da Silva da F. Mobiliária, diz que a reunião não tem que se preocupar se o conselho reúne ou não.

Silva Campos, da F.C.C. e Peles, considera a proposta atentatória da autonomia dos Sindicatos. Esta reunião tem um carácter particular e não pode impedir que a C. G. T. reúna.

Artur Aleixo, da C. S. T. de Lisboa, é da mesma opinião.

Manuel Caetano requer a votação da proposta, com prejuizo dos oradores inscritos. É aprovado sendo rejeitada a proposta de Tavares Adão.

Manuel Nunes defende e justifica largamente a moção da F. Mobiliária.

Tavares Adão declara que a F. Vinícola está plenamente identificada com a moção da C. Civil.

Reíere-se aos personalismos verificados no conselho e diz que se o secretário geral da C. S. T. que está presente, não quiser votar, os restantes delegados votarão a moção da C. Civil.

Silva Campos diz que a sua Federação apreciou a moção da C. Civil e considerou que deviam defender o estatuto confederal pois que ele existe pela aprovação dos Sindicatos e ainda por que só um Congresso poderá alterá-lo. A dissolução do conselho é atentatória da autonomia dos Sindicatos. Se se dissolvesse o conselho, os organismos ficariam desligados da C. G. T. Pelo critério dos documentos, se os actuaes delegados não servem como tais também não devem servir para constituir comissões. Deve-se manter o actual comité e só substituí-lo quando houver novos delegados. A sua Federação só aceita este critério e não irá contra o facto de se substituírem os delegados, se bem que reconheça que os seus delegados não desmereceram da sua confiança. Para substituir os delegados ao conselho é preciso que eles não se tenham bem desempenhado da sua missão, tendo a convicção que muitos delegados há que não procederam assim. Entende que a ser um delegado substituído, devem ser todos e por isso está de acordo com a moção da F. Mobiliária.

António Costa, da F. do Livro e do Jornal, não aceita a dissolução do conselho. Aceita a demissão de Arranha e M. J. de Sousa e propõe a eliminação do cargo de director do jornal, visto dar motivo a questões. Achava mais lógico um apelo aos organismos para que substituissem os delegados.

João Almeida diz que as Federações e Unões podem dissolver o conselho porque estão em maioria; reíere-se aos delegados que passam o tempo a fazer discursos e discorda da opinião de António Costa quanto ao cargo de director do jornal. Concorda com a moção da C. Civil.

Manuel Nunes diz que a sua Federação não pretende impor os seus pontos de vista. O seu documento é a única maneira que se lhe figura poder sanar a questão com moralidade. O facto de se revogarem os mandatos aos delegados não faz perder aos organismos a sua qualidade de aderente à C. G. T. pois que continuam requisitando o expediente confederal. Cita o facto de haver organismos aderentes que não têm representação na C. G. T. e que nem por isso perdem a sua qualidade de aderente.

O delegado da sua Federação sairia do Conselho Confederal por o seu organismo não querer contribuir — no caso da moção ser rejeitada — para o desmantelamento da Organização. A sua Federação estudou várias maneiras de solucionar a questão, tendo verificado que só o preceito da sua moção o poderia fazer, com seriedade.

Pratas de Sousa, da F. Metalúrgica, opta pela moção dos mobiliários mas entende que se deve exceptuar as Federações Rural e Textil, porque não têm outros delegados e os actuaes não tomaram parte na contenda.

Vital José, da F. Rural, declara que nada conhecia da questão. Pelo que ouviu agora é que alguma coisa ficou sabendo. Reconhece que isto é o choque de questões pessoais. A comissão administrativa da sua Federação optava em principio pela moção da C. Civil, porém agora mais conhecedor da questão e porque só agora tomou conhecimento da moção da F. Mobiliária, opta por esta, se houver facilidade de a pôr em prática, pois só ella corta o mal pela raiz.

Não havendo possibilidades, entende que Arranha e M. J. de Sousa devem ser substituídos ficando a direcção do jornal a cargo

NOTÍCIAS DO ESTRANGEIRO

O estado de espírito do povo francês apenas denota indiferença em face da crise burguesa

A crise que convulsiona a República burguesa da França entrou agora numa fase de letargia. Poincaré, o nacionalista dogmático, reaccionário imperialista, deu uma injeção de morfina com a sua bem dissimulada ditadura.

O Parlamento abdicou da sua autoridade e deixou-se manietar por um governo que afivelou uma máscara constitucional. Logo, os reaccionários clamaram a utilidade das ditaduras governamentais, a inutilidade do Parlamento.

Contudo, a incompetência parlamentar é um aspecto da incompetência capitalista e burguesa para lutar contra as crises da sociedade. E a burguesia francesa está-se garranhando lentamente, contagiando, por arbitrariedade de factores, todas as classes que produzem e vivem unicamente do seu trabalho.

A crise burguesa decorre em meio da indiferença popular, e este facto tem impressionado o estrangeiro observador. As manifestações xenófobas não foram mais que actos brutais de mesquinhos patrioteiros.

As classes populares não se interessam pelas reparações, dívidas, dificuldades, coisas que só afectam a vida do burguês e do capitalista, que supõem, por refinado egoísmo, que os contribuintes e os trabalhadores devem tirar os seus expoliadores de sérias dificuldades, que eles próprios criaram com as suas ambições. Os problemas financeiros são absurdos em face do espírito colectivo.

E o burguês acobardou-se diante da indiferença e da apatia do povo; os parlamentares sofriam igualmente de cobardia em face dos clamores populares; a nação arruinava-se, pendia para a catástrofe.

A burguesia deu em pressentir, sem visão alguma dos fenómenos sociais, um gravíssimo e imminente acto revolucionário de um partido que, em verdade se diga, se tem mostrado deveras aguerido, por impulso da consciência popular.

Mas a desgraça para a burguesia — na França, como por toda a parte — é que o seu poder vai declinando sobre a indiferença geral. Nenhum acontecimento grave se avizinha. O povo só sentirá a realidade quando a água lhe chegar à boca. Nesse momento, a sua cólera será horrível, ao mesmo tempo que se tornará irremediável o desastre da burguesia.

Em França, a vida é cara — mas vive-se... Tudo está muito caro — mas compra-se... E todos se divertem e se alimentam — a seu modo... Só o governo se queixa — mas vai pagando ao americano impassível...

Os reaccionários mexicanos
O diabo governamental continua afligindo os católicos

LONDRES, 4. — Dizem do México que os fiéis se recusaram a abandonar a igreja do Comité. Não concordam com o inquérito; que se ponha uma pedra sobre o assunto e que nunca mais se lhe mexa, trabalhando-se para o desenvolvimento da Organização. Não houve dinheiro para fazer o livro dos trabalhos apresentados na conferência dos secretários gerais de Federações, mas houve o para estragar em reuniões absolutamente inúteis como têm sido as do Conselho.

Uma moção do delegado da Federação Vinícola

Tavares Adão, da F. Vinícola, apresenta a seguinte moção de ordem:
Atendendo a que os delegados que assistem à reunião convocada pelas Federações da C. Civil, Metalúrgica, Vinícola e Mobiliária estão assistidos de um mandato legítimo e integro nas prerrogativas sindicais de que os revestiram os seus organismos, os mesmos, aqui reunidos, mantendo a disciplina sindical, deliberam dar um carácter legal e colectivo às suas deliberações, aceitando a matéria contida na moção da C. Civil.

E' admitida.
Silva Campos lê a parte do estatuto a que Nunes se referiu dizendo que ele se refere às secções da C. G. T. e que não tem relação nenhuma com este caso. Esta maioria que está presente não constitui maioria de facto porque não está cá a minoria e porque as resoluções a tomar ainda são para transmitir à restante organização. Não é aceitável a dissolução do Conselho. Pergunta se amanhã houver organismos que não queiram substituir os delegados se se eles serão expulsos da C. G. T.

António Marcelino, da F. Rural, entende que só devem substituir os delegados os organismos que o possam fazer. Concorda com a moção dos mobilizadores se houver facilidade de a pôr em prática.

Faustino Ferreira, da F. Vinícola, espera que aqui se tomem resoluções. Se tal não suceder a sua federação está disposta a convocar um comício público onde exporá os escândalos ocorridos na C. G. T.

Procede-se à votação da moção de ordem, eliminando-se a parte que se refere ao documento da C. Civil sendo aprovada.

A Federação de Calçado Couros e Peles apresentou o seguinte alvite:
A substituição de todos os delegados do Conselho Confederal, mas até que esse facto se verifique, o comité confederal ficará gerindo os destinos da C. G. T.

Vota-se o n.º 1 da moção da C. Civil.
E' aprovado o n.º 1 que é o seguinte:
"Propor aos organismos representados na C. G. T. a imediata substituição dos seus delegados".

Põe-se à votação o n.º 2 da C. Civil juntamente com os n.ºs 3, 4, 5, 6 e 7 da moção da F. Mobiliária. Devido, porém, ao adiamento da hora suspende-se a sessão para continuar no dia seguinte.

Devido à abundância de original, só amanhã poderemos publicar o extracto da segunda sessão.

"Educação Social"
Revista de pedagogia e sociologia

Dirigida pelo prof. dr. ADOLFO LIMA
Publicação mensal

Redacção e administração — Empresa Literária Fluminense, Lda. — R. dos Reis, 125 — LISBOA.

A venda na administração de «A Batalha».

LER E ASSINAR

"Os Mistérios do Povo"

de São Rafael. A polícia quis dispersá-los, mas não o conseguiu, pelo que foi chamada a tropa. Como persistisse a desobediência, a tropa fez fogo, havendo dez pessoas feridas. — (H.).

Perdoai-lhes, Senhor...

MEXICO, 4. — Em Irapuato têm-se dado várias colisões entre protestantes e católicos dos quais alguns protestantes têm sido assassinados. — (L.).

A crise mineira na Inglaterra

A derrota dos mineiros deve custar caro à indústria

COALVIL (LEICESTER), 4. — O sr. Cook, secretário geral da Federação dos mineiros, fez as seguintes declarações: — Fizemos quanto pudemos, e nada mais poderemos fazer. Os mineiros não podem manter-se indefinidamente na luta. E' provável que sejam batidos pela fome, nesse caso, as condições que forem impostas não conseguirão a paz nem a prosperidade para a indústria do carvão. — (H.).

O desasprazo dos operários em luta

LONDRES, 4. — Os mineiros que se ocupavam na segurança de uma mina carregaram vários vagões de carvão. Ao notar, a multidão de grevistas expulsou-os violentamente. Por consequência, as bombas e a ventilação ficaram abandonadas, recaindo-se a inundação da mina. — (H.).

A fome dos capitalistas

Os padeiros da finança francesa estão muito activos

PARIS, 4. — Segundo o «Paris-Midi», ha alguns dias já que o Banco de França trabalha na constituição duma massa de manobra que poderá tornar-se, dentro de poucas semanas, uma massa de estabilização, evitando assim o auxilio de empréstimos externos. — (H.).

Na Inglaterra distar-se a «pobreza» por vergonha

LONDRES, 4. — A sessão da Câmara dos Comuns terminou por um apelo do sr. Chamberlain para que se mantivesse as relações amigáveis existentes entre a Inglaterra e os Estados Unidos, sendo em seguida interrompidos os trabalhos parlamentares até 9 de novembro. Em seguida entrou-se no debate a propósito da controversia entre os jornais americanos e ingleses, acerca das declarações dos srs. Mellon e Churchill sobre a utilização dos créditos americanos. O sr. Chamberlain declarou considerar incompatíveis com a honra e a dignidade lamentar o acordo feito sobre a dívida aos Estados Unidos e pedir a sua revisão. — (H.).

OS DESPEDIMENTOS

Uma nota dos Funcionários do Município de Lisboa

O Grémio dos Funcionários do Município de Lisboa, depois de haver apresentado à actual Comissão Administrativa do Município uma série de medidas que viriam beneficiar em alguns milhares de contos o orçamento municipal, sem prejuízo dos funcionários que não tiveram outros proventos do que aqueles que lhes são dados pelo Município em troca dos seus serviços, protesta contra as demissões ou licenças que não obedecem ao critério por este Grémio apresentado ao ex.º presidente da Comissão Administrativa, por verificar que outra solução será anti-humana, e lesiva para os próprios serviços municipais.

A título de esclarecimento, o Grémio informa que pelo artigo 364.º do Código Administrativo e pela reorganização de serviços de 14 de Março de 1923, são concedidos em cada ano 30 dias de licença com vencimentos aos funcionários que os requerem, os quais gozam só depois de informação dada pelos chefes, e do despacho favorável da Comissão Executiva, ou Comissão Administrativa.

A extinção das bibliotecas nos jardins públicos

O acto da edilidade militar que visa a derrubar uma interessante e delicada instituição de cultura popular, que a nenhuma situação política ou militar ameaça, tem causado inúmeros protestos. Vários frequentadores das bibliotecas têm vindo à nossa redacção protestar, com magna e cõlera, contra uma resolução tão absurda que deveria ser sustada desde já.

Amanhã — não o fazemos hoje por falta de espaço — publicaremos uma interessante e bem documentada entrevista com algumas pessoas autorizadas no assunto, demonstrando-se que a economia que se pretende não exerce a menor influência no desasprazo das finanças municipais.

TIVOLI

Telefone II. 5474

Matinée às 3 h. — Soirée às 9 h.

Um casamento à americana

Comédia em oito partes, com DOSTOEVSKI

Uma aliança perigosa

(Cinco partes). Tradução francesa, com DOSTOEVSKI

UM DOCUMENTÁRIO

NO REINO DO AR

Bonecos desenhados por J. R. BRUN

Na «matinée» têm entrada gratuita as crianças acompanhadas de suas famílias.

LER E ASSINAR

"Os Mistérios do Povo"

"Os Mistérios do Povo"

"Os Mistérios do Povo"

Mais uma infâmia de um senhorio sem escrúpulos

Mais uma proeza de um senhorio. Chama-se éle César Rodrigues. O caso passou-se na rua Penha de França, 106, 2.º D, e a vítima foi João Baptista Geão, um velhote carpinteiro que ali habitava há 22 anos, com a esposa e a enteada, ambas já falecidas.

Por morte da sua companheira, Maria Rosa Lisboa, em nome de quem estava a casa, passou esta para nome da filha Maria Mercês Lisboa, enteada de Baptista Geão. O senhorio quis aproveitar o falecimento da inquilina para pôr a família na rua. Intentou acção de despejo que não se realizou até ontem. Mas, a negra infelicidade que vem perseguindo o pobre carpinteiro, fez com que a morte lhe levasse a enteada no dia 17 do mês passado. O senhorio, a pesar de não haver decisão do tribunal em seu favor, apresentou-se ontem de manhã acompanhado de vários polícias e quatro oficiais de diligências e pôs na rua os trastes do inquilino, mudando-lhe a fechadura da porta para que não mais pudessem entrar.

Cometem-se destas infâmias numa capital que se diz civilizada e com a cumplicidade das próprias autoridades!

Teatro da Trindade

Telef. T. 976

HOJE a hilarante comédia

O homem das 5 horas

Protagonista:

Lucília Simões

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

«La petite bête qui monte» foi o número de maior sucesso da célebre revista «Paris en Fleur», que constituiu o grande êxito do Casino de Paris, em 1926. «Les Soeurs Dumaine» fazem-na, a partir de hoje, em «matinées» e «soirées», no Foz, o que é, por si só, uma garantia de sucessivas ênfases.

A notável compositista Encarnita Marzal e a encantadora bailarina Pilar Calvo interpretam, além do seu variado repertório, de que fazem parte as maiores novidades nos respectivos géneros, um «Charleston» em conjunto.

TEATRO AVENIDA HOJE

Telef. II. 4356 E TODAS AS NOITES

O FAMOSO

Dr. da Mula Ruça

Primoroso desempenho

Orquestra Jazz-Band

OS QUE MORREM

Joaquim da Silva

Com 68 anos de idade faleceu ontem na casa da sua residência, rua Maria Pia, 66, 2.º, direito, o sr. Joaquim da Silva, construtor civil, diplomado pela Câmara Municipal de Lisboa. Era pai de Joaquim da Silva, tipógrafo de O Rebate.

O funeral realiza-se hoje, às 15 horas, saindo da morada acima indicada para o cemitério da Ajuda.

SEDA, 3. — Realizou-se o funeral de D. Gertrudes Martins da Cunha, esposa do sr. João Garcia e mãe do correspondente de A Batalha Manuel da Cunha Garcia.

Suplemento semanal ilustrado de «A Batalha»

Encontra-se já à venda o primeiro número interessante semanário, devidamente encadernado, numa ótima capa em percalina ilustrada a cores, por Alonzo, contendo um indispensável índice dos variados assuntos de ordem doutrinária, literária e artística.

O seu preço é 1 volume com 420 páginas, 45\$00.

Encadernação (por capas e índice), 20\$00.

Capas e índice em separado, 15\$00.

Pedidos de colecções, ou envio destas para encadernação, à administração de A Batalha.

TEATRO NACIONAL HOJE

COMPANHIA

Ilda Stichini-Alexandre Azevedo

A interessante peça em 3 actos,

original de Lucien Nepot, tradução de A. de Almeida e A. Dias da Costa

Os Filhos

Encantador entrecho

Espirituosos diálogos

Situações esplêndidas

Protagonista:

Ilda Stichini

TEATRO NACIONAL HOJE

COMPANHIA

Ilda Stichini-Alexandre Azevedo

A interessante peça em 3 actos,

original de Lucien Nepot, tradução de A. de Almeida e A. Dias da Costa

Os Filhos

Encantador entrecho

Espirituosos diálogos

Situações esplêndidas

'A Batalha' na provincia e arredores

Vendas Novas

Efeitos de uma medida de... salvação pública

VENDAS NOVAS, 2. — O anunciado aumento da circulação fiduciária, está já produzindo os seus «benéficos» efeitos, por esta região. Assim, os assambarcadores estão fazendo o seu descarado jogo, assambarcando e recusando-se a vender ao retalhista muitos artigos indispensáveis à vida, alegando que de aqui por dois meses lhes hão-de render mais dinheiro. Em cima de uma pavorosa crise de trabalho que assola o país de norte a sul, resta-nos uma vertiginosa subida dos géneros que nos são indispensáveis!...

Necessidades locais

Já aqui o dissemos e não é demais repeti-lo. Esta vila encontra-se num estado deplorável, não só sob o ponto de vista higiénico, mas também no que diz respeito a vários melhoramentos cuja falta muito se faz sentir, principalmente na quadra invernal. E' preciso olhar com mais atenção para este estado de coisas que nos oferece um aspecto semi-bárbar. Ha ruas que servem de vasadouro de dejectos. O lixo encontra-se aos montes em qualquer rua e no próprio largo onde vergonhosamente continua o mercado público, enxeamando por sobre toda a imundície milhões de moscas, transmissoras de toda a espécie de doenças.

O charafaz já quasi não tem bicas e a sua volta estabeleceu-se um verdadeiro pantano donde se evola um cheiro pestilento.

O estado do pavimento de algumas ruas torna as mesmas intransitáveis na quadra invernal, cujo tormento ainda é aumentado com a falta de iluminação.

Todos estes casos e muitos outros que aqui não relatamos por agora, dão-nos a impressão de um grande desleixo e falta de vontade da parte da junta desta freguesia, a quem compete zelar pelo estado da povoação de um modo geral.

Não tem a junta dinheiro para meter mãos a uma obra de saneamento, que faça desaparecer o aspecto selvagem que esta vila oferece?

Procure-se então consegui-lo junto das instâncias superiores.

Precisamos urgentemente de melhoramentos e de trabalho. — C.

Praia da Granja

Mais um «milagre» da «santa» de «Arcosêlo»

PRAIA DA GRANJA, 3. — Segundo informações que reputamos de origem verdadeira, e que seguidamente nos foram reforcadas por outras pessoas de nossa amizade, quando, há dias o deposto presidente da junta de freguesia de Arcosêlo, que durante longos anos foi o fiel depositário de todos os bens da santa Maria Adelaide, — facto que o tornou um nababo de certa importância, — fazia entrega da sua saudososa pasta, foi acometido, repentinamente, de um ataque que o ia fulminando, pelo que se encontra ainda em estado grave.

Chamadas a toda a pressa as melhores sumidades médicas, estas foram de opinião unânime que a única salvação do doente seria a reintegração no seu antigo logar.

Por tal motivo, movem-se grandes influências para que o governo anule a nomeação da nova comissão administrativa da junta, que há dias tomou posse, a fim-de voltar a exercer as suas funções o ex-procurador da santa, mas o povo opõe-se terminantemente a isso alegando que o facto agora sucedido (o ataque) é o castigo imposto pelo santo em consequência dos desmandos cometidos... à sua sombra!

Afirmamos solenemente que esta notícia não tem a ironia que muita gente, ao apreciá-la, lhe deve fatalmente atribuir... — C.

Espinho

A nossa atitude perante o jôgo

ESPINHO, 3. — Afirmamos aqui perentoriamente, sem medo pelas consequências que da nossa audácia pudessem resultar, sem receio algum daquilo que, porventura, nos pudessem vir a suceder pela nossa desasombrada atitude, sem ligarmos a mínima importância às ameaças que já sabemos haviam de recair implacavelmente sobre nós, — que nesta localidade se joga em algumas casas de tavolagem, como no casino do «Café Chinês», «Paraiso de Viseu» e outras.

Toda a gente sabe que o jôgo de aazar em Portugal está expressamente prohibido e que todas as pessoas que forem encontradas exercendo tal «mister» ficam sujeitas às penalidades da lei — da lei inexorável e aviltante quando se trata de a exercer contra o proletariado para esmagar os seus direitos ou as suas legítimas regalias. Mas em Espinho, nesta praia onde a miséria constitui uma enorme e vergonhosa legião, joga-se diariamente, espelhando-se a lei; joga-se de dia e de noite, a todas as horas, às escâncaras, nos casinos sumptuosos onde pode penetrar toda a espécie de gente: pobres e ricos, mulheres e crianças, gente boa e gente má; joga-se... todos os jogos prohibidos com pleno conhecimento das autoridades, as quais foram nomeadas por uma revolução imposta ao país para sanear, para moralisar, enfim: para meter isto nos eixos...

Mas... a que propósito vêm estas considerações? Explicamos:

Em virtude das notícias que aqui temos dado a propósito da abertura e funcionamento do jôgo, têm-se produzido certas ameaças graves contra o autor dessas notícias, ameaças que já nos foram transmitidas com a intenção de, se continuarmos, serem postas em prática.

Nós não estamos fazendo uma campanha contra o jôgo. A nossa missão é informar o melhor que pudermos «A Batalha». Noticiamos a abertura das casas de jôgo por ser verdade e nada mais. Não nos intimidam, porém, as ameaças proferidas e declaramos solenemente que continuaremos informando este jornal o melhor que nos seja possível, relatando todos os assuntos de que tenhamos pleno conhecimento.

Finalizando, apenas uma declaração desejamos fazer: proclamarmos aqui bem alto ao administrador do concelho, capitão sr. Sagadees, que a nossa vida corre sério risco... embora o façamos apenas por um descargo de consciência...

E ficamos entendidos, hein?! — C.

Tudo o Suplemento de «A Batalha»

«A BATALHA» no Funchal vende-se no Bureau da La Presse.

ULTIMAS NOTÍCIAS

CONTRA A PROSTITUIÇÃO REGULAMENTADA

O I Congresso Nacional Abolicionista, na sessão

ontem realizada, aprovou um brilhante trabalho

do distinto sociologo sr. dr. Adolfo Lima

O delegado da Federação do Mobiliário, Manuel Nunes, pronunciou

um interessante discurso

2.º São indispensáveis para a cultura feminina, a difusão de escolas e estabelecimentos de educação, que forneçam o ensino médio; que sejam nitidamente femininas ou pelo menos com secções femininas em que haja a educação «menagère», a puericultura, o estudo e prática da assistência e enfermagem, da moral social, etc.

O congressista sr. Manuel da Silva, como aditamento à tese, apresentou a seguinte proposta:

«O I Congresso Abolicionista reclama do governo da República a criação do ensino primário complementar que substitua com a possível vantagem as extintas escolas primárias superiores na transição necessária para a escola primária única, ideal educativo e social dos povos, verdadeiramente progressiva e que é defendida pelas maiores autoridades da ciência pedagógica actual.»

O sr. Almeida Costa discorda da doutrina desta proposta defendendo com calor a ideia da Escola Única.

Procedeu-se depois à votação das conclusões da tese do sr. Alvaro de Lemos e da proposta do sr. Manuel da Silva, sendo ambas aprovadas.

Um notável trabalho sobre a dissolução de costumes e a prostituição

O congresso tomou a seguir conhecimento da tese do nosso presado amigo dr. Adolfo Lima «Os costumes dissolutos e a prostituição», cujas conclusões são:

I. A prostituição restritamente dita é um efeito e um aspecto especial, típico, e um estado agudo da prostituição geral dos costumes sociais. II. A perversão estética, a insensibilidade moral, a exacerbação da paixão erótica dos indivíduos impedem-nos de compreender e de ter consciência do que há de repugnante em muitos dos variados costumes, acentos e tolerados, e, até, preconizados entre esses seres humanos amoralizados — senão imorais — oriundos de uma civilização incompleta e paradoxalmente contraditória e incoerente. III. A prostituição regulamentada é a prova desse paradoxo inconciliável, amoral, anti-estético, insensível, que aceita e tolera, e, até, preconiza essa regulamentação do vício venéreo, considerando-a como uma necessidade social ou — por cobardia inibitória — um mal inevitável. IV. No actual estado dos costumes, a sua proibição seria irrisória; seria mais uma mentira legal; seria Tartufo mascarado de Virgindade; porquanto a existência ou não existência da prostituição não é um caso de patologia social localizada e isolada, sem ramificações no presente, nem raízes no passado das instituições que formam a estrutura do super-organismo Humano. V. A prostituição não está no acto fisiológico erótico porque ela é restritamente censurada, mas, sim, e muito mais, na prática de actos que rebaixam e aviltam a dignidade da pessoa humana; apodreçam o carácter humano; desmoram, por puro contágio, a personalidade ética do indivíduo humano. VI. Nos costumes actuais há uma prostituição geral, tão dissoluta e repugnante como a dos bordes, que é, afinal, uma expressão mais grosseira e brutal daquela. VII. Há, por vezes, mais prostituição em certas pessoas que são fisiologicamente virgens do que em muitas dessas desgraçadas meretrizes, que uma tara ou a vida social afrouxou para um miserável ou luxuoso alogice, e que, pela perversão do instinto sexual, as inferioriza a qualquer outra fêmea da escala animal. VIII. Há actos considerados licitos e sancionados pelos costumes que são tanto ou mais imorais do que a própria prostituição. E assim, por exemplo é mais profundamente imoral quem aceita, tolera, legaliza a existência da prostituição, quem se aproveita dela, do que quem se prostitui, quer por tara, quer por devassidão mesológica. IX. A acção erosiva da prostituição é mais importante sob o aspecto da perversão estética e social, dos costumes dissolutos das sociedades humanas, do que sob o aspecto fisiológico anímico propriamente dito. X. Só um saneamento geral e um rigoroso tratamento de profilaxia colectiva de todas as instituições e respectivos costumes — por meio de uma educação intensa e integralmente humana, simultaneamente fisiológica, estética, mental e social — poderão pôr cõbo a esses costumes dissolutos, que, por sua vez, criam o condicionalismo capaz de gerar e manter a moderna prostituição — heterica ou ramérica, privada ou pública, legal ou ilegal — e acabar assim, de facto, com esse cancro social.

Precede a tese do dr. Adolfo Lima um extenso relatório justificativo destas conclusões, que mereceram do congresso uma inteligente discussão.

Tomaram parte no debate os congressistas srs: Almeida Costa, dr. António Vilela, Eurico de Figueiredo, Virgílio Marques, dr. António Freire, dr. Angelica Pôrto, César da Silva e Manuel da Silva.

A seguir falou o dr. Adolfo Lima, que num pequeno mas bem conduzido discurso justificou brilhantemente o seu trabalho.

O congresso, por aclamação, aprovou depois as conclusões da tese, encerrando-se em seguida os trabalhos.

Hoje realiza-se a última sessão do congresso, devendo presidir o dr. Magalhães Lima. Antes dos discursos de encerramento será discutida a tese «A educação sexual como profilaxia da prostituição».

Reclama-se a criação do ensino primário complementar

Seguiu-se a leitura da tese «O ensino médio e a prostituição», de autoria do professor Alvaro Viana de Lemos. Esta tese tem as seguintes conclusões:

1.º A falta de cultura feminina apropriada é, não só um dos factores do desenvolvimento da prostituição, como um grande entrave para a reabilitação e integração na vida social das que desejam abandonar a sua infamante situação.

2.º A falta de cultura feminina apropriada é, não só um dos factores do desenvolvimento da prostituição, como um grande entrave para a reabilitação e integração na vida social das que desejam abandonar a

MARCO POSTAL

Seda—Associação dos Rurais—Recebemos 9500. Assinatura paga até 31 do corrente.
 Porto—Sindicato Unico Metalúrgico—Recebemos 5700. Ficou paga a assinatura até 30 de junho de 1925.
 Vale de Cavalos—José dos Santos—Recebemos 6800. Assinatura paga até 31 de outubro p. l.

AGENDA

CALENDARIO DE AGOSTO

S.	6	13	20	27	HOJE O SOL
S.	1	8	15	22	Aparece às 5,41
D.	1	8	15	22	Desaparece às 19,43
S.	2	9	16	23	
T.	3	10	17	24	
Q.	4	11	18	25	
Q.	5	12	19	26	

CAMBIOS

Países	Compra	Venda
Sobre Londres, cheque		94\$75
Madrid, cheque		2998,5
Paris, cheque		557
Suiza, cheque		3578,5
Bruxelas, cheque		557
New-York, cheque		19555
Amsterdã, cheque		7584
Itália, cheque		566
Brasil, cheque		3500
Praga, cheque		558
Suécia, cheque		5524
Austria, cheque		2577
Berlim, cheque		4560

ESPECTACULOS

TEATROS
 Trilzonal—A's 21—Os Filhos.
 Girandola—A's 21,30—Três Meninas... Nua!
 Ficta—A's 21,30—A Casa de Suzanna.
 Trilzonal—A's 21,30—O Homem das 5 Horas.
 Delimma—A's 21,30—O Leão da Estrela.
 Ficta—A's 21,30—O Dr. da Mula Ruca.
 Iliria Vitória—A's 21 e às 23,30—O Az de Es.
 Sello Top—A's 21—Variedades.
 Variedades—A's 21,30 e às 23,30—O Pó de Arroz.
 Cluana (L'Alentejo à Gracia)—Especialidade às 3,4.
 2.ª salões e domingos com enautes.
 Erenio Turque—Todas as noites. Concertos: di.
 versos.

CINEMAS

Trilzonal—Olimpia—Central—Condes—Chiado Ter.
 rance—Ideal—Arco Bandeira—Promotora—Esperança
 —Cinecine—Cine Paris.

A GRANDE BAIXA

DE CALÇADO

SÓ COM O LUCRO DE 10%.

SAPATARIA SOCIAL OPERARIA

Sapatos para senhoras... 30\$11
 Sapatos para senhores... 30\$11
 Botas pretas (grande saída)... 48\$53
 Botas brancas (saída)... 28\$53
 Grande saída de botas pretas... 68\$53
 E mais calçar para homens... 48\$53

Não confunda a SOCIAL OPERARIA com a Social Operária e nem com a Social Operária, 18-20, com Filha na mesma rua, n.º 45.

Menstruação

Aparece rapidamente seja qual for a causa tomando o

FERREOL

Não prejudica a saúde. Caixa 15\$00.

Envia-se pelo correio à cobrança.

FARMACIA CUNHA

R. da Escola Politécnica 16 e 18

LISBOA

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

ASSINEM Os mistérios do Povo

FATOS

completos e

sobretudo

em bom cheviote, com bons

forros e bom acabamento,

para homem, desde

129\$00

Calças desde 35\$00

Grande sortido de fatos e sobre-

tudos, feitos e por medida

Abatimentos para revenda

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

170, Rua da Boa Vista, 172

ESTE SEGURO IMPÕE-SE A TODOS OS TRABALHADORES

Tudo o operário ou trabalhador por 33 CENTAVOS POR DIA garante aos seus, em caso de morte, um capital de ESC. 5.000\$00 pago imediatamente. Se economizar 58 CENTAVOS POR DIA DURANTE 30 ANOS garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

A MUNDIAL

Companhia de Seguros Sede — Rua Garrett, 95 LISBOA

Sociedade Anónima IMPORTANTE: Mediante um ligeiro sôbre-prémio, A MUNDIAL põe-vos-há ao abrigo da

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

DOENÇA E INVALIDEZ

O Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa entregou ao ministro do Interior uma interessante exposição sobre horário de trabalho

Foi entregue pessoalmente ao ministro do Interior, como ontem referimos, uma representação do Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria reclamando contra a abusiva tentativa de aniquilamento do horário de trabalho efectuada pelas associações das "forças vivas".

Por se tratar dum documento em que são expostas com nitidez algumas das mais importantes razões que militam em defesa da maior regalia das classes trabalhadoras, passamos a reproduzir na íntegra, o referido documento:

"Sabemos, pela leitura dos jornais e por outros factos que são do conhecimento geral, que as classes patronais pretendem que a lei do horário de trabalho seja cancelada, a fim de poderem exigir dos seus empregados o maior número de horas de labor diário.

O Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa, em nome do qual tomamos a liberdade de endereçar a presente, permitindo-nos fazer, quanto a tal pretensão, as considerações que ela requer, vem, por este meio, pedir a V. se digna fixar a sua atenção sobre as razões que levam este Sindicato a não poder estar de acordo com os desejos do patronato, não exclusivamente, como se antolha a qualquer, porque os interesses dos trabalhadores e os das classes patronais sejam antitéticos como são (o que poderia, talvez implicar ainda uma injustiça na atitude deste Sindicato em face da pretensão dos patrões) mas porque, a efectivar-se a derrogação da citada lei, constituiria semelhante medida um erro económico gravíssimo, além duma iniquidade social que nenhum governo queira de certo cometer.

Não são afirmações aéreas as que acabamos de fazer, como passamos a demonstrar, sem pruridos estultos de alardear ciência que não possuimos, mas apenas impulsionados pelo desejo de pugnar pela razão e de evitar um injustiça.

Abalancando-nos a semelhante empresa, socorrendo-nos das opiniões de mentalidades autorizadas pelo seu saber e competência.

Não estão essas mentalidades em nosso campo, pois pertencem mais ou menos às classes privilegiadas; porém, rectas na crítica que fizeram aos fenómenos sociológicos e respeitadoras da verdade, essa circunstância lhes dá, mesmo, maior autoridade moral.

Leroy-Beulieu, no seu "Traité Théorique et Pratique d'Economie Politique", diz a propósito da jornada de trabalho o seguinte textualmente:

"On a vu des journées de douze, treize, quatorze heures, régime à coup sûr extravagant et barbare".

O sublinhado é nosso.

O inspector em chefe do trabalho na Inglaterra diz no seu relatório (Annual Report of the Chief Inspector of Factories and Workshops for the Year 1919, pag. 89, Londres 1920) o que traduzimos:

"Se se examinarem agora os efeitos da modificação do horário sobre a exactidão e assiduidade dos operários (embora reconheçamos que a pontualidade depende largamente do carácter individual, da organização do trabalho, da atmosfera moral da fábrica e da disciplina que aí se mantém) não é para admirar saber que a supressão do trabalho efectuado antes do primeiro almoço, teve como consequência uma maior pontualidade nas horas de chegada à fábrica.

Por outro lado a redução da jornada de trabalho, teve como resultado diminuir a frequência das faltas por doença ou outra causa.

Num estabelecimento importante, o número médio de operários ausentes era, há alguns anos, de 40 por dia. Actualmente, com uma semana de quarenta e quatro horas, a média desceu para dez por dia.

Segundo esse mesmo relatório, constatou-se que, com a redução da jornada, não somente os casos de doença são menos frequentes, mas as faltas por diversos motivos são muito menos numerosas.

O inquérito francês sobre a adaptação das condições da produção e de labor à jornada das 8 horas fornece-nos as indicações seguintes:

"A duração do trabalho foi prolongada só durante o mês de Dezembro de 1922, sendo efectuada uma hora suplementar para todo o pessoal. Não se constatou nenhuma melhoria no rendimento do pessoal nem diminuição alguma no preço por que saía a mercadoria em comparação com os outros meses.

"Em 1924, durante os meses de Fevereiro, Março, Maio, Junho e Julho, tendo-se posto rigorosamente em prática o dia de 8 horas de trabalho, constatou-se que o rendimento do pessoal foi superior ao do mês de Dezembro de 1923 com a jornada de 9 horas.

Os preços por que saíram os produtos durante estes cinco meses foram inferiores aos do mês citado. (Vide: "Bulletin du Ministère du Travail", meses de Julho, Agosto, Setembro de 1924, pag. 221).

De resto, no já mencionado relatório inglês se afirma que: "a redução de horas de trabalho teve um efeito salutar para os operários". E ainda: "que tal melhoria foi talvez das mais benéficas recentemente trazidas das condições industriais. E mais: que o trabalho prolongado impedia o desenvolvimento físico dos operários adolescentes."

Tudo o sublinhado anteriormente bem como o que vai a seguir-se é nosso.

Mas vejamos também o que nos diz o inquérito feitos nos Estados Unidos da América sobre o mesmo assunto, em 1917:

"O papel importante da fadiga como causa de acidentes é demonstrado pelo facto de tais acidentes se acentuarem exactamente quando a capacidade de trabalho do operário atinge o seu mínimo; o que se produz em particular:

1.º—Na segunda metade do período de trabalho comparada com a primeira;

2.º—No trabalho muscular comparado com o que só exige destreza e no trabalho efectuado à máquina;

3.º—No sistema das dez horas de trabalho em comparação com o das oito."

Do exposto, se conclui que o aumento de horas de trabalho é contraproducente, não só para a saúde do trabalhador como para a economia social; e ainda para os interesses do patronato.

Porém, afirmamos também que derrogação da lei do horário de trabalho, a efectuar-se, representava, além de tudo, uma iniquidade. E efectivamente:

"Dada a intensa crise de falta de trabalho actualmente afligindo as classes proletárias; quando há milhares de trabalhadores sem terem onde ocupar, utilmente, os seus esforços; porque razão em vez de se reduzir se ha de aumentar o número de horas de labor?"

O aumento da jornada de trabalho traz como consequência, por uma parte, o fazer crescer cada vez mais a falange dos desempregados; e por outra, o aumentar o extenuamento do pequeno número que, por acaso, ainda tenha onde exercer a sua actividade. Económica e socialmente, não só uma tal medida dá origem aos inconvenientes de que os relatórios atrás citados fazem menção, como por semelhante processo cada vez se torna menor o poder de compra dos proletários porquanto a massa dos sem trabalho tornando-se de dia para dia maior, *ipso facto* faz crescer para ela a impossibilidade de comprar a par e passo que o reduzido número dos que ainda trabalham não basta para compensar a falta de saída dos produtos.

Em última análise, a derrogação da lei das 8 horas e, com ela, a faculdade para o patronato de alargar a jornada de trabalho, não traz vantagens, bem pelo contrário só acarreta graves prejuízos tanto para a sociedade como para o próprio patronato que, por tal meio, irreflexivamente provoca as crises económicas.

Resoluções do Pessoal das Câmaras de Longo Curso

Reuniu-se anteontem em assembleia geral o Pessoal das Câmaras de Longo Curso. Antes da ordem dos trabalhos foi apreciado o conflito dos estivadores, motivado pelo *lock-out* levado à prática pelos armadores. Depois de vários camaradas protestarem contra tal facto, foi aprovada uma moção com as seguintes conclusões:

1.º Protestar contra o *lock-out* dos armadores imposto aos estivadores.

2.º Prestar aos camaradas estivadores em luta, todo o nosso apoio moral e material, para que continuem no seu movimento de repulsa contra esta medida atentatória às regalias conquistadas.

3.º Declarar-se em movimento de Solidariedade logo que as circunstâncias assim o exijam.

4.º Dar conhecimento destas resoluções ao Sindicato dos Estivadores, e mais organismos, por intermédio de A Batalha.

Em Faro pretendem anular a grande regalia operária

FARO, 1.º—As autoridades têm feito sentir junto dos comerciantes e industriais, o cumprimento da lei que regula o horário de abertura e encerramento dos estabelecimentos. Por este facto alguns comerciantes e industriais têm levantado protestos junto da autoridade do distrito, alegando razões de ordem material, as quais só se poderão fundamentar na ignóbil exploração que exercem sobre os que trabalham. Como por exemplo o seguinte: Os industriais de alfaiataria, que exploram o pessoal feminino, pois que é o que compõem os "ateliers", reúnem a semana passada, na intenção de procurar convencer as autoridades, para que não seja mantida para eles o rigor da lei, alegando para este fim a falta de pessoal e a necessidade de muitas das vezes acabar qualquer fato para um freguês que se refira no comboio do mesmo dia e outros casos de igual urgência.

São muito pândegos estes sr's! Alegam a falta de pessoal, quando há bem poucas semanas, da alfaiataria do sr. Penão, da rua da Marinha, foram despedidas várias costureiras, alegando falta de trabalho.

O que estes sr's pretendem é que lhes seja dada carta branca para continuarem na exploração infame do pessoal, que sendo na maioria feminino, tolera um protesto tão indigna situação. O que estes sr's pretendem, é continuar a manter o pessoal a trabalhar com um horário interminável, pois que se tem verificado que casas há em que o pessoal entrava às 9 horas da manhã e só largava às 10 e 11 horas da noite e quando muitos dos dias não chegava até à 1 hora da madrugada.

Ainda há bem poucos dias, assistimos a uma questão em que alguns trabalhadores revelaram a sua pouca consciência: um polícia intimava um industrial a fechar o estabelecimento por serem 19 horas, e impunha a saída do pessoal que ainda estava trabalhando, pois de entre os curiosos que se juntaram no local houve operários que censuraram o procedimento da autoridade! Estes operários em lugar de cumprirem com o seu dever, secundando os trabalhos da União dos Sindicatos na defesa dos explorados, antes pareciam estar de acordo com os exploradores!

Os conflitos em França

LIMOGES. — Os operários da indústria de porcelana protestaram contra o *lock-out* aberto pelo patronato, há cerca de cinco semanas. A manifestação percorreu quase toda a cidade.—H.

DOUARNENEZ. — O pessoal da fábrica de conservas de Lesconil declarou-se em greve, reclamando aumento de salário.—H.

Pregão de revolta

Carta-protesto, em verso, dirigida ao presidente do ministério contra as deportações.

Preço 1500; pelo correio, 1520; registado, 1550. Pedidos à administração de A Batalha.

Os marítimos de Faro reclamam várias medidas tendentes a acabar com a crise das classes piscatórias

FARO, 3.º—Realizou-se uma importante sessão magna dos Marítimos, na qual foram apreciados certos factores determinantes da lei da pesca e certas anomalias da parte de alguns marítimos, as quais são prejudiciais aos mesmos e ao público em geral.

A sessão foi presidida pelo secretário geral da U. S. O. Nesta também tomaram parte Francisco Xavier Pereira Junior e Manuel R. da Silva, pela comissão reorganizadora dos Sindicatos.

A sessão revestiu um aspecto muito interessante e útil. A discussão da parte dos marítimos incidiu sobre uma moção em discussão, na qual se apresenta as deficiências verificadas e a melhor forma de obviar ao seu mal.

Como verdadeiros técnicos, as suas demonstrações sobre os prós e contras dos vários sistemas de pesca na ria de Faro, como sejam a rodinha e tapasteiros, e o defeso no período da desova, para que assim se evite a morte da criação, a qual será de efeitos prejudiciais, não só para a classe marítima, como para o público consumidor, deixaram transparecer o desejo de que os marítimos estão animados, de não só procurarem defender a sua situação profissional, como também os consumidores.

Depois de largamente discutida, foi aprovada a referida moção, a qual foi presente pelo marítimo Bernardo da Luz Morgado. A moção é do seguinte teor:

"Considerando: que há tempos a esta parte se têm verificado abusos na ria de Faro, os quais só demonstram inconsciência ou egoísmo da parte de quem os pratica;

Considerando que este procedimento não só tem prejudicado a ria de Faro, como também provoca a miséria em milhares de trabalhadores;

que, os principais factores destas anomalias, são as tapadas, as quais prejudicam os marítimos de todos os ramos de pesca, como impedem a passagem de embarcações e causam o assombramento dos esteiros, regatos e até das próprias barragens;

que, se apanham as criações para nas mesmas se deitam, sucedendo assim que chegado o inverno não só a classe marítima sente a sua falta, como as classes terrestres, que querem comer peixe e não o têm, visto que este está monopolizado nas referidas tapadas;

que, há ainda um outro mal, que é os tapasteiros, que, por inconsciência, deixam morrer grande parte da criação;

que, a apanha de morraça estraga os pranchais pelo motivo de o carreiro continuo que faz apodrecer o lodo e o mesmo deixa de dar marisco e até peixe;

que, o uso de lavar a morraça dentro dos pegos não só deixa os mesmos sujos, como apodrece e deixa também de dar marisco e peixe de toda a qualidade;

que, os possuidores de grandes áreas de terreno, não só têm acambarado terrenos que dão produto, como estão constantemente a arancar a seba, a qual é o agasalho do peixe;

que, sobre estes abusos têm várias comissões de marítimos reclamado junto das autoridades marítimas de Faro, as quais não têm sido atendidas devidamente;

A classe marítima de Faro, reunida em assembleia magna, resolve reclamar junto das autoridades marítimas, o seguinte:

1.º Acabar com as tapadas, visto as mesmas serem prejudiciais a toda a classe marítima;

2.º Proibir os tapasteiros nas praias de terra firme, durante os meses de Maio, Junho e Julho, assim como as rodinhas e a pesca de todo o peixe que tem ova;

3.º Acabar com a apanha de algas nos pranchais e lavagem das mesmas nos pegos e pequenos regatos;

4.º Acabar com as mulheres e crianças de 8 e 10 anos na apanha de marisco, pelo motivo destas não serem profissionais e estragarem o terreno;

5.º Acabar com o abuso do acambaramento dos terrenos que dão produto e reclamando a necessária fiscalização e não permitir o arancamento da seba;

6.º Nomear um delegado, que, em nome dos marítimos e junto dos elementos da federação, reclame junto do ministro da Marinha pela satisfação desta reclamação.

Foi nomeado delegado o camarada Manuel Marrão.

AGREMIações VARIAS

Vendedores Ambulantes.—Reúne hoje extraordinariamente, pelas 21 horas, para apreciar a liberdade de comércio no perímetro da Baixa, bem como o novo regime das licenças.

Horário de trabalho

As disposições legais

A secção editorial de A Batalha acaba de editar, em folheto, o decreto nº 916, de 7 de Maio de 1919 e respectivo regulamento publicado no Diário do Governo de 20 de Maio sobre o horário de trabalho, sendo o seu preço avulso de \$3.

Aos sindicatos que desejem adquirir quantidade far-se-á um abate de 50 por cento em pacotes de 50 folhetos.

Pedidos a administração de A Batalha.

Congresso Pedagógico

O Congresso Pedagógico efectua-se nos dias 8, 9, 10 e 11 do corrente no edificio da Escola Académica. Setecentos congressistas estão já inscritos, contando-se que até ao próximo domingo este número se elevará a mil.

A exposição de trabalhos manuais de quase todas as escolas do país, deve resultar brilhantíssima, havendo trabalhos dum alto valor pedagógico.

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, que havia deliberado não conceder bonus, acaba de comunicar à União do Professorado que concede validade em bilhetes de ida e volta aos congressistas, a começar em 7 e a terminar em 13 do corrente, o que representa também um bonus, que os congressistas deverão aproveitar, procurando embarcar nas estações que os concedem.

Na Marinha Grande

O director da Fábrica Nacional de Vidros descarta os deveres do seu cargo, comprometendo o futuro do importante estabelecimento fabril

Desinteligências entre os directores da Nacional Fábrica obrigam-nos a escrever algumas considerações, não se vá supor que toda a gente dorme, e que se pode a belo talante tripudiar, depois de se terem cometido as faltas mais lamentáveis, sobre o que diz respeito à tática administrativa.

E a Batalha que à Fábrica Nacional tem dedicado especial atenção defendendo-a, não consentindo que ela se afunde, arrastando com a sua perda centenas de famílias à mais cruenta das crises, não podia agora mostrar-se indiferente ante um caso de tanta gaavidade, como este agora.

O antigo e glorioso património fabril legado à nação pelo inglês Steffens, não pode estar à mercê de desgastados, suscitados por um espírito de tirano que teima em fazer daquela fábrica coisa sua, com manifesto prejuízo do operariado, que nela trabalha.

O dr. Calazans, prototipo da mandria com falta de energia, cuidando muito mais das suas unhas que do progresso da Fábrica Nacional, já ficar sciente que ainda há quem esteja disposto a defender aquela que foi mal de todas as fábricas de vidro do país.

Irá recuar mau grado seu, muito embora com a sua snóbica fanfarronada não faça caso do que se escreve neste jornal.

O seu pedantismo e o desprêzo com que lê tudo quanto se insere aqui, sobre a Nacional, não obsta a que tratemos de si, mostrando aos leitores, os seus valiosos serviços, em prol da ruína da Nacional.

O dr. Calazans Duarte, director técnico, tem tido por principal preocupação afundar a Fábrica obrigando-a a paralisar.

Sabiam quantos, que o dr. Calazans, um homem que devia tomar a vanguarda de tudo quanto se faz na fábrica, passa os dias encerrado nos seus principescos aposentos, lendo recostadamente, entreteendo o resto do tempo em futilidades femininas, em coquetérias requintadas, em esterilidades manifestas.

Não há direito de tal se consentir. E' inconcebível, é um absurdo que nos revolta, sabermos que um director que está a receber dinheiro para fazer alguma coisa, despreze os destinos da fábrica, não se interessando pela sua salvação, fomentando pelo contrário a confusão e a discórdia.

O dr. Calazans, só tem criado dentro da fábrica o espírito da verrine, com as suas falhinhas de mel, com a sua prosápia de mata-mouros.

Deve ter herdado esse costume lá em África, quando lidou com os escravos, nessa terra que teve forçadamente que deixar devido à sua incompetência.

O dr. Calazans supõe que em Marinha Grande não há homens, ou quando não veja este prisma, que os poucos que aqui residem são castrados sem ânimo para o flagelarem; para lhe mostrarem os perniciosos efeitos da sua má administração. E' porisso exactamente que a Nacional nunca tem dado.

Não tem dado, porque os delegados do governo, são homens falidos, nulidades perfeitas, que vêm para estes cargos por empenhos de peso, e também porque ninguém queria os seus prestimos fraguissimos. São os escorraçados de todas as partes, aventureiros que vêm dirigir uma coisa que desconhecem.

Desgraçado país que nem deixa os operários avançarem!

Que lástima, que miséria de director este agora, que em vez de libertar a fábrica, fazendo a avultar, elevando-a ao nível da glória, arrasta-a à lama, atira-a ao enxuro, cobre-a com o manto da ruína, rindo-se da sua perniciosa e macabra obra!

E dentro daquela fábrica não há homens de ânimo, corações elevados que defendam o seu próprio pão e o seu bem estar.

Querem deixar tripudiar esse homem, que ninguém conhece, esse homem que tem abandonado a fábrica nas situações mais críticas extingindo-se a responsabilidade?

O operariado deve fazer uma "redoma" colossal e metê-lo dentro dela para que se não constipe, e simultaneamente com aquele isolamento, não prejudique tanta tradição, e não arruine uma fábrica de tradições tão gloriosas.

Que director é esse que vai dizer aos clientes da fábrica para não aceitarem recibos assinados pelo guarda-livros?

O que quer esse director, que passa os dias em casa com medo de tostar as carnes mimosas, com os raios deste sol quentíssimo.

Ainda ontem — oh! irritação! — o operariado a lamentar-se não ter recebido e sua ex.ª vai em passeio — depois de ter jantado com um padre, — num "coupe" de rodas de borracha, passando negligentemente por entre aquela legião de desgraçados, que tanto sofrem, tanta fome dão aos filhos, e não fazem como o Rabi aos vendilhões do templo!

Leitor amigo, vamos dizer-te a que visa a obra deste negroiro.

Querê semear a confusão para isto que explicamos sinteticamente: a Fábrica com esta discórdia escreve um índice negro de descrédito.

Faltam encomendas, acabam os pagamentos e vê-se obrigada a paralisar.

Então o arguto Senhor vai junto do governo dizer que os operários são incompetentes de administrar a Fábrica, e que é absolutamente necessário extinguir a Comissão Administrativa.

Claro, o governo atende e então aquele engenheiro incompetente expulso de África pelo dr. Brito Camacho, fica de asa e pucarinho, senhor absoluto dum fábrica tão importante.

Não admitindo satisfações de operários, vê-lo-hemos depois enriquecer herdando aquilo que um estrangeiro nos legou, para que não perecesse a indústria vidreira, e o operariado não ficasse sem trabalho.

Então nem trabalha, nem deixa trabalhar, arrastando a fábrica à ruína, num afam bestial de terminar depressa a sua obra estúpida e sinistra.

Este soberbo dr. que se supõe um grande técnico, está muito aquém do Jacinto Rato, que com seus moços de pau faz mais, muito mais.

O governo deve demitir este grande químico, de sala perfumada, de logares quietos e românticos.

Na Marinha Grande há quem faça mais a dormir.

Vão à Fábrica Marques de Pombal ou à

Industrial Portuguesa, e não nos mandam homens destes, que se despresam de acompanhar com operários, homens destes que só servem para receber ao fim do mês a módica quantia de 1.500\$00!

Mas isto é infundável e nós queremos terminar porque o espaço escasseia.

Despediu hoje o guarda-livros. E porque o fez?

Porque o operariado da Fábrica reconhecendo a esse empregado vadio, incita-o a que continue na sua obra de resgate. Todos os operários que interrogámos, afirmaram por este diapasão.

Pode ser contudo que por algumas oficinas se encontrem raposas velhas, que defendam a obra demolidora do dr. Calazans.

Mas esses são dignos do nosso desprezo, porque não têm qualificação aquele indivíduo que endeusado por *cantos de sereia*, se deixa conduzir para a miséria pulando, e batendo palmas de contente.

E hoje aquela fábrica com a luta intestina travada entre um homem, incansável, um verdadeiro trabalhador, e outro que dorme quase sempre, descreve uma curva cerrada que o conduz a um despenhadeiro. Se daí nunca mais se levantar.

E essa receita que o dr. Calazans tem a aviar no ministério do Comércio e que consiste no pedido de extinção da comissão administrativa, deve ser atirada ao saguão com o seu autor. Operários da Nacional, periga a fábrica que nos foi legada. Periga a mãe da indústria vidreira.

Perigam os vossos lares, periga finalmente a saúde de vossos filhos. A miséria aí está disposta a cravar as unhas em vossos dorsos esqueléticos.

E nesta hora crítica, em que a Nacional escreve na sua história trágica uma das suas páginas mais negras, que a vossa atenção convirja para a necessária salvação, que está na razão directa do esforço que dispenderdes para tal.

Não deixeis fechar essa fábrica, que a nossa pena humilíssima defende com tanta alma!

Se o mal vem do engenho exige de pronto a sua saída. Se, pelo contrário a chaga que esvurva pus se encontra no guarda-livros fale outro tanto.

Há que sanear, mas sanear radicalmente. Urge que vos impeleis não permitindo que o dr. Calazans zombe da vossa miséria. Procurai as causas do actual descalabro e exigi com firmes responsabilidades.

Mostrai igualmente ao governo as causas lamentáveis da obra de descrédito empreendida pelo director dr. sr. Calazans Duarte.

E enquanto vós empenhais com essa obra, não estaremos a vosso lado, auxiliando-vos tanto quanto possível, lançando tutufos, atacando pedantes, flagelando toleiros.

Morrer sem lutar, isso não! Ao pão só tem direito quem produz!

Alves de FREITAS

História Universal del Proletariado

"Vinte siglos de opresion capitalista"

Esta publicação em lingua espanhola que se encontra à venda na nossa administração, é o relato histórico, documentadíssimo e detalhado das lutas originadas pela desigualdade social que, sob formas diversas e variados sistemas, perdura desde os primeiros alvares da civilização.

Cada fascículo de 48 páginas. 1000; pelo correio, registado, 1050.

Estão publicados os seguintes fascículos:

1.º—La era de la esclavitud;

2.º—La rebelión de Espartaco;

3.º—Abolición de la esclavitud;

4.º—Abeccion y Servidumbre;

5.º—La revolución de los siervos;

6.º—La miseria de los agricultores;

7.º—Transformación del Poder Feudal;

8.º—El comunismo cristiano;

9.º—Los miserables en la Edad Média;

10.º—La libertad luso-riosa;

11.º—La agonía del absolutismo;

12.º—El trabajo motor universal;

13.º—El imperio de la guilhotina;

14.º—Las ideas sociales y la revolucion francesa.

SOLIDARIEDADE

A festa de solidariedade que uma comissão promove em auxílio da companhia de Joaquim Alves, deve constituir uma prova de quanto é estimada por todos quanto conhecem o seu carácter bondoso.

Impedida por motivo de uma pertinaz doença de angariar o necessário para a sua alimentação e tratamento, é digna de que a solidariedade dos camaradas não se faça esperar para que ela não sucumba à mingua de recursos. Dá-se ainda a circunstância de o programa da festa ser interessantíssimo e estar o seu desempenho a cargo do aplaudido Grupo Dramático Solidariedade. Operária, que levará a scena a peça em 4 actos, "Silvio, o cigano", o que quer dizer que será uma noite bem passada.

Os bilhetes podem ser requisitados na secção de Pedreiros ou na casa do continuo do S. U. da Construção Civil, em cujo Salão de Festas, no dia 4 de Setembro, pelas 21 horas, a festa se realizará.

Pede-se às pessoas que levarem bilhetes dos beneficiados Cristóvão da Silva Pinheiro e José dos Santos Azevedo que liqüidem as suas contas o mais depressa possível.

O operário Artur Lopes recebeu a quantia de 69550, por intermédio do seu camarada Máximo Ribeiro, que abriu uma subscrição nas obras do novo Manicócio.

A VENDA A 10.ª SÉRIE DE OS MISTÉRIOS DO POVO

Interessante romance histórico profusamente ilustrado desde as primeiras idades do homem até a revolução Francesa.

Assinatura: pelo correio cada série de 10 tomos com cerca de 320 páginas 6\$00. A obra mais barata que no género se publica

Vida Sindical

C. G. T.

Conselho Confederal

Reúne hoje, pelas 21 horas, o Conselho Confederal.

COMUNICAÇÕES

Federação Corticeira Nacional.

Reúniu no p. p. domingo o Conselho Federal deste organismo com a participação na quasi totalidade dos seus delegados, para apreciar o conflito latente no Conselho Confederal, a actual crise de trabalho na nossa indústria, e assim como da greve na fábrica Martins de Coimbra Seixal.

Quanto ao primeiro assunto foi resolvido pelo Conselho apoiar a moção da F. N. da Construção Civil, isto é, destituir dos actuais cargos que ocupavam na C. G. T. e na Batalha, respectivamente, Manuel Joaquim de Sousa, Manuel da Silva Campos e Santos Arranha, isto na impossibilidade de todos estes elementos se reconciliarem, pondo de parte agravos pessoais se possivelmente eles existem, para continuarem activamente tratando do robustecimento da organização operária portuguesa.

Quanto a crise resolveu-se que se reúna brevemente